

# Política

CONSTITUINTE

Diante da derrota do Centrão, anteontem, foram necessárias cinco horas de reunião para se chegar finalmente a um acordo sobre assuntos polêmicos como mineração, definição de empresa nacional e reserva de mercado. No final, nova derrota do Centrão, discriminação ao capital estrangeiro (pág.7) e a vitória da aliança entre os setores de esquerda da Constituinte, militares e empreiteiras, todos defendendo interesses específicos (pág.8).

# Ordem econômica: a batalha acaba em acordo.

## Contratos de risco: Passarinho se explica.

Apesar de ter tido até uma discussão com o deputado Delfim Neto (PDS-SP), ao defender o fim dos contratos de risco, foi o próprio senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) que acabou defendendo os atuais contratos já firmados, na reunião de ontem entre o Centrão, representantes do PMDB e líderes partidários. Usando dados fornecidos pela Petrobrás, Passarinho argumentou que o Brasil não teria recursos para pagar as indenizações pelo rompimento dos contratos atuais. No texto aprovado, ficou estabelecido que de agora em diante será exigida a aprovação do Congresso, para concessão de exploração do petróleo.

O presidente do PDS não concordava com a proposta de empresa nacional apresentada pelo Centrão, mesmo tendo votado "sim", terça-feira, quando o plenário da Constituinte examinou a emenda do grupo. Ontem, porém ele disse que votou afirmativamente — apesar de ter algumas divergências com o texto — para ganhar autoridade e poder participar da reunião que discutiu o acordo, propondo uma forma conciliatória entre os dois textos, principalmente em relação aos contratos de risco.

Apesar de ter sido contra, em 1975, a decisão do governo de aprovar essa forma de exploração de petróleo, Passarinho disse que reconheceu as dificuldades que o Brasil teria para pagar as indenizações com o rompimento dos contratos já firmados. Para o senador, que participou da reunião de ontem a convite do deputado Ulysses Guimarães, as discussões tiveram um resultado positivo.

Ele achou, por exemplo, boa a solução encontrada para a definição do conceito de empresa brasileira, que partiu do texto do Centrão, mas incluiu exigências, como o caráter permanente do controle da empresa na mão de pessoa física domiciliada e residente no Brasil. Da mesma forma, concordou com o acordo que remete para a lei ordinária a definição de proteção e benefícios para a empresa brasileira, mantida a possibilidade de a matéria ser tratada por lei complementar, se os defensores da medida conseguirem assinaturas para apresentar uma emenda nesse sentido.

## Previsão: este turno acaba em 15 dias.

O secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins, disse, ontem, ao deputado Cunha Bueno que, dentro de 15 dias, a Constituinte "encerra seu trabalho de votação em primeiro turno". Grande conhecedor da mecânica de funcionamento das sessões de votação e do regimento da Assembleia, Paulo Afonso disse que esta semana será votada a íntegra do título da Ordem Econômica, ficando o título da Ordem Social com mais uma semana. Segundo Paulo Afonso, "não haverá dificuldades como as enfrentadas até agora, uma vez que os constituintes constataram que, sem acordo, a votação não anda mesmo". As reuniões para votar o próximo título já começaram, informa.



Água, cafezinhos, cigarros e atritos verbais: momentos de paz e de guerra no gabinete de Covas.

## Cinco horas de confronto

Foi o que durou a tensa e tumultuada reunião em que surgiu o acordo

Depois de uma reunião de mais de cinco horas, ontem, no gabinete do líder do PMDB, senador Mário Covas, regada a água, cafezinho e sanduíches, os representantes do Centrão e dos demais partidos chegaram finalmente a um acordo sobre o primeiro capítulo da ordem econômica da futura Carta. O encontro foi tumultuado, com discussões acaloradas e atritos verbais. O senador Mário Covas chegou a ameaçar abandonar as negociações por duas vezes, especialmente quando o deputado João Cunha (PMDB-SP), que compareceu a poucas sessões, quis voltar às discussões para aspectos já acertados.

"Eram momentos de paz na guerra e de guerra na paz", definiu o vice-líder do PT, José Genoíno, as cinco horas de discussões.

A reunião começou às 10h15, aparentemente tranquila com a leitura dos "salmos", como vêm sendo chamados os quadros comparativos das emendas do Centrão e do projeto da Comissão de Sistematização. Os entendimentos que vinham sendo mantidos desde a semana passada entre as partes funcionaram como ponto de partida para o acordo sobre a definição de empresa nacional. Mas o Centrão, através do deputado Luiz Roberto Ponte, insistiu que ela fosse feita através de lei complementar, que exige o quórum da maioria absoluta das duas Casas do Congresso para aprovação. Foi nessa altura que o clima esquentou. Os senadores Mário Covas e Severo Gomes, e os deputados Roberto Freire e Luiz Salomão recusaram a proposta, argumentando que visava impedir a conceitualização de empresa nacional.

Apesar do argumento do Centrão de que o quórum de 280 congressistas exigido para aprovação de lei complementar forçaria a negociação, acabou prevalecendo a definição do assunto através de lei ordinária.

Houve também momentos em que o bom humor amainou a tensão como quando o senador José Lins, do Centrão, seguiu o exemplo de Mário Covas e ameaçou abandonar as negociações. "Você é minoria. Deixe de falar grosso porque só conseguiu 210 votos", brincou José Genoíno, do PT.

### Mineração

A discussão voltou a esquentar quando começou o exame da questão da mineração. O Centrão defendeu sua exploração também pelo capital estrangeiro, procurando provar as vantagens da abertura do setor. Mas o senador Gabriel Guerreiro e o deputado Luiz Salomão mostraram que os investimentos estrangeiros no setor correspondem a 3% de toda a aplicação externa do País, que chega a 27 bilhões de dólares.

Mais uma vez, o Centrão foi obrigado a recuar, invocando antiga proposta do senador Severo Gomes, de nacionalizar a mineração apenas nas faixas de fronteiras e terras indígenas. O deputado comunista Roberto Freire achou boa a idéia apoiou a sugestão do Centrão e acabou provocando provavelmente o momento mais tenso da reunião. Freire sugeriu que essa proposta fosse votada em primeiro lugar, e só depois disso o plenário apreciaria a emenda que nacionaliza o setor, apresentada pelas esquerdas.

O confronto aumentou com a adesão dos deputados petistas José Genoíno e Wladimir Palmeira à sugestão de Roberto Freire, argumentando que a estratégia facilitaria as negociações. Mas os demais representantes das esquerdas reagiram, defendendo com veemência a nacionalização de todo o setor minerador, que deverá ser disciplinado por lei ordinária.

### Risco

A seguir, o clima de irritação foi agravado com o debate sobre os contratos de risco. O deputado Delfim Neto, em nome do Centrão, sustentou sua manutenção alegando que até agora a Petrobrás não apontou para exploração, mediante esses contratos, nenhuma área boa. Foi então que o senador Jarbas Passarinho surpreendeu. Ex-superintendente da Petrobrás na exploração de petróleo no Pará, o senador atacou os contratos, admitindo apenas uma ressalva para os ainda vigentes, nas disposições transitórias.

Delfim Neto não cedeu facilmente, confundindo a posição do presidente da Petrobrás, Osires Silva, favorável aos con-

tratos de risco, com a opinião do corpo técnico da empresa, que defende sua extinção. Jarbas Passarinho foi enfático e duro, lembrando inclusive que a Petrobrás cedeu à Pecten-Shell uma área na bacia de Campos onde não havia encontrado petróleo, na qual a empresa estrangeira está prestes a explorar uma grande estrutura petrolífera.

Firmados os acordos sobre os três pontos, nem assim a calma voltou ao ambiente. O deputado João Cunha, que se filiou recentemente ao PDT, tentou reabrir a discussão sobre a definição de empresa nacional, alegando a necessidade de um controle maior do setor. Não conseguiu, mas provocou nervosismo no grupo, já cansado pelas horas de discussão e pela fome. A reunião terminou às 15h30, depois de uma batalha de aviões de papel.

### Centrão enfraquecido

Representantes das esquerdas saíram satisfeitos, como o deputado Wladimir Palmeira, para quem os setores mais progressistas da Constituinte "devem agradecer ao líder do PFL, José Lourenço". Segundo o deputado petista, se o Centrão, não tivesse partido para o confronto, mas concordado com as negociações iniciadas pelo senador Severo Gomes, as esquerdas teriam ficado em situação mais desvantajosa.

Como o Centrão foi derrotado, mostrando não ter número para aprovar qualquer dispositivo a não ser através do entendimento, suas lideranças chegaram enfraquecidas às negociações, o que ficou claro na reunião de ontem: o grupo suprapartidário não conseguiu aprovar uma só das suas propostas. O deputado Luiz Roberto Ponte, por exemplo, ficou decepcionado porque viu recusada sua emenda que garante correção monetária para os pagamentos atrasados do governo. O deputado é presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil.

Cerca de 40 parlamentares, entre os que permaneceram todo tempo na sala e outros que passaram rapidamente, participaram dos entendimentos. Mas a discussão foi dominada por não mais do que dez.

Foram necessárias cinco horas de reunião (ver ao lado) para que o Título da Ordem Econômica pudesse ser votado, ontem, no plenário da Constituinte. Ao abrir a sessão — com 45 minutos de atraso, tempo suficiente para que se completassem os entendimentos entre as lideranças —, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, fez questão de agradecer a cooperação dos constituintes.

Os líderes partidários e do Centrão analisaram apenas seis dos 13 artigos do título. Hoje, nova reunião será realizada, a partir das 10 horas, para prosseguir os entendimentos. Para cada item houve um acordo. Os mais importantes foram em relação às definições de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, interferência de capital estrangeiro e exploração mineral.

Não houve acordo sobre o artigo que trata da distribuição dos derivados de petróleo, que será definido no voto, em plenário. Quanto aos contratos de risco para exploração de petróleo, decidiu-se que o texto da Sistematização era melhor (prevê a proibição de novos contratos), e será aprovado mais para frente. Nas disposições transitórias serão aprovados dispositivos que conciliem os contratos em curso. A exploração de minérios também será levada a votação mais adiante.

Explicado o acordo aos constituintes, em questão de ordem o líder do PMDB, senador Mário Covas, a emenda substituiu do Centrão foi aprovada por 519 contra 9 e 6 abstenções. E ontem mesmo iniciou-se a votação dos destaques.

### Empresa nacional

Por 499 votos contra 16 e 5 abstenções, foi aprovada a definição de empresa nacional estabelecida no acordo, deixando para lei ordinária conferir-lhe, temporariamente, eventual proteção ou benefício. "Para desenvolver atividade que a lei considerar estratégica para a defesa nacional ou imprescindível ao desenvolvimento do País."

O Centrão ainda tentou aprovar emenda esclarecendo que essa lei teria a categoria de complementar, mas ela foi rejeitada. A diferença é que a lei ordinária (como ficou no texto) pode ser aprovada por maioria simples do Congresso, enquanto a lei complementar precisa dos votos da maioria absoluta (metade mais um).

O relator Bernardo Cabral enalteceu a "grandeza" com que se conduziu o Centrão, fazendo concessões em relação ao controle decisório efetivo da empresa na área da tecnologia, bem como quanto à fixação de percentuais de participação das pessoas físicas domiciliadas e residentes no País. Considerou justo que não se tivesse feito distinção entre brasileiro e estrangeiro residente e domiciliado no País.

Depois, em votação que restabeleceu o texto da Sistematização, foi aprovado que a empresa nacional, de capital brasileiro, terá preferência como fornecedora de bens e serviços ao poder público. No debate sobre a matéria, foram suscitadas dúvidas quanto a essa terminologia, já que, pouco antes, havia sido aprovada uma fusão de emendas tratando do conceito de empresa nacional em que se faz referência ao problema do seu capital.

As dúvidas foram afastadas pelos esclarecimentos prestados pelo relator Bernardo Cabral, ao afirmar que, na redação final, haverá um ajustamento para que figure do texto, ao invés de "empresa nacional", a expressão "empresa brasileira de capital nacional".

### Intervenção do Estado

Dependerá de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquia, ou fundação pública, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas.

O texto aprovado estabelece, ainda, que a intervenção do Estado no domínio econômico e a sua exploração direta só serão permitidas quando comprovadamente necessárias para atender aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, que serão definidos em lei. A Constituinte decidiu, ainda, jogar para a legislação ordinária a regulamentação das relações da empresa pública com o Estado e a economia.

Ficou, também, para a legislação ordinária a aprovação de medidas para reprimir o abuso do poder econômico que vise a dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. Os chamados "crimes do colarinho branco" também serão definidos em lei ordinária.

As votações dos artigos 200 e 201, que cuidam dessas matérias, dependeram de fusão de emendas previamente negociadas entre as lideranças. O artigo 200, que estabelece que a lei disciplinará os investimentos de capital estrangeiro e a remessa de lucros, foi aprovado com 470 votos favoráveis, sete contra e cinco abstenções. O artigo 201, que regula as atividades das empresas públicas, foi aprovado com 464 votos favoráveis, seis contra e cinco abstenções.

A atividade garimpeira a ser definida na futura Constituição levou à suspensão da sessão da Constituinte, uma hora e meia antes do previsto, a requerimento dos líderes partidários, que anunciaram ao deputado Ulysses Guimarães a necessidade de uma ampla negociação, hoje pela manhã. Uma nova sessão foi marcada para as 14h30.

Antes do encerramento da sessão, os constituintes fizeram ainda duas votações, regulamentando o papel do Estado na economia, determinando que como agente normativo e regulador da atividade econômica o Estado exercerá, na forma de lei ordinária, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo isso determinante para o setor público e valendo como uma indicação para a iniciativa privada.

Ficou determinado também que lei ordinária apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.



Os caminhões no Congresso: lobby pesado.

## O Congresso cercado

O Congresso foi cercado ontem por cem caminhões tanques, cobertos de bandeiras verde-amarelas e de palavras de alerta aos constituintes. Era o lobby dos transportadores, revendedores e retalhistas de combustíveis (TRR) — pressionando a Assembleia a votar em favor de seus interesses na futura Constituição.

As TRRs querem maior participação no mercado, sem os limites hoje impostos pela portaria do Conselho Nacional de Petróleo, que fixa em 20 mil litros por cliente a venda máxima dos milhares de postos espalhados pelo País. "Quando o cliente cresce, nós ficamos impedidos de vender mais e somos obrigados a re-

passar nosso produto para as distribuidoras", explicou um dos coordenadores do movimento, Alvaro Duarte. Eles defendem ainda a livre iniciativa e a menor interferência do Estado na economia.

Nas mesas do cafezinho da Câmara, de forma mais discreta, foram espalhados milhares de panfletos dos defensores da nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo. "Tudo de petróleo para a Petrobrás", dizia o panfleto patrocinado pelos Sindicatos dos Trabalhadores do Petróleo, da Indústria de Destilação e Refino, e de Empresas Extrativas e Petroquímicas do Estado da Bahia.